

STJ00118189

MARIANA BARSAGLIA PIMENTEL

NIDA SALEH HATOUM

ORGANIZADORAS

PRÁTICA JURÍDICA CÍVEL

ESTUDOS AVANÇADOS SOBRE GRANDES
TEMAS DO DIREITO CONTEMPORÂNEO

Londrina/PR
2023


THOTH
EDITORA

Dados Internacionais de Catalogação na
Publicação (CIP)



© Direitos de Publicação Editora Thoth.
Londrina/PR.
www.editorathoth.com.br
contato@editorathoth.com.br

**Prática jurídica cível: estudos
avançados sobre grandes temas
do direito contemporâneo /**
Organizadoras: Mariana Barsaglia
Pimentel; Nida Saleh Hatoum. –
Londrina, PR: Thoth, 2023.

233 p.

Inclui bibliografias.

ISBN 978-65-5959-402-3

1. Prática Jurídica Cível. 2. Direito Privado.
3. Direito Civil. I. Pimentel, Mariana Barsaglia; II. Hatoum, Nida Saleh (orgs).

CDD 342.1

Diagramação e Capa: Editora Thoth

Revisão: Mariana Barsaglia Pimentel e Nida Saleh Hatoum

Editor chefe: Bruno Fuga

Coordenador de Produção Editorial: Thiago Caversan Antunes

Diretor de Operações de Conteúdo: Arthur Bezerra de Souza Junior

Índices para catálogo sistemático

1. Direito Civil : 342.1

Conselho Editorial (Gestão 2023)

Prof. Dr. Anderson de Azevedo • Me. Aniele Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior • Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr. Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Me. Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr. Guilherme Wunsch • Dr. Gustavo Osna • Prof. Me. Júlio Alves Caixêta Júnior • Prof. Esp. Marcelo Pichioli da Silveira • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Prof. Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espolador • Prof. Dr. Thiago Caversan Antunes

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por seus autores.

SUMÁRIO

ORGANIZADORAS	7
AUTORES	9
APRESENTAÇÃO	13

CAPÍTULO 1

Anelise Ambiel Dagostin

O REGIME DE AFETAÇÃO PATRIMONIAL NAS INCORPORAÇÕES IMOBILIÁRIAS E NOS IMÓVEIS RURAIS: SIMILITUDES, DIFERENÇAS E APLICAÇÃO PRÁTICA.....	21
Introdução.....	21
1 Teoria da afetação patrimonial: modalidades e regulamentação no ordenamento brasileiro	22
2 Origem e normatização do regime de afetação patrimonial nas incorporações imobiliárias	24
3 Patrimônio rural em afetação: constituição, aplicação e execução	29
Conclusões	36
Referências bibliográficas.....	37

CAPÍTULO 2

Clara Carrocini Tamaoki

A LIVRE INTERPRETAÇÃO DOS PRINCÍPIOS JURÍDICOS E A AMEAÇA À SEGURANÇA JURÍDICA: UM ESTUDO A PARTIR DA CASUÍSTICA CONTEMPORÂNEA DOS TRIBUNAIS BRASILEIROS NO ÂMBITO DAS RECUPERAÇÕES JUDICIAIS	41
Introdução.....	41
1 Dos princípios jurídicos.....	42
1.1 Texto, norma, princípios e regras: distinções necessárias ao processo interpretativo.....	44
2 Ativismo judicial na contemporaneidade	46
3 Análise casuística no âmbito das recuperações judicial no Brasil.....	48
3.1 Princípios norteadores da Lei n. 11.101/2005	48
3.2 Análise jurisprudencial no âmbito das recuperações judiciais	50

3.3 Reflexos da irrestrita interpretação dos princípios jurídicos no âmbito das recuperações judiciais no Brasil.....	59
Conclusão.....	61
Referências.....	62

CAPÍTULO 3

Giovanna Ramos Fachini

O AJUIZAMENTO DE EXECUÇÃO PELO CREDOR FIDUCIÁRIO: EVENTUAL SUJEIÇÃO DO CRÉDITO AOS EFEITOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL DIANTE DE SUPOSTA RENÚNCIA TÁCITA DA GARANTIA.....	65
Introdução.....	65
1 Contratos garantidos por alienação fiduciária e a não sujeição dos créditos aos efeitos da recuperação judicial.....	66
2 Ajuizamento e prosseguimento de execução pelo credor fiduciário durante o trâmite recuperacional.....	68
2.1 Princípios executivos e o adimplemento contratual do crédito não sujeito ao feito recuperacional.....	69
2.2 Essencialidade dos bens durante a recuperação judicial e a menor onerosidade da execução ao devedor.....	70
2.3 Boa-fé das partes na relação contratual e o <i>venire contra factum proprium</i>	72
2.4 Renúncia expressa ou tácita quanto aos bens dados em garantia e a suposta consequente sujeição do crédito aos efeitos da recuperação judicial à luz do entendimento jurisprudencial.....	73
Referências bibliográficas.....	78

CAPÍTULO 4

Hugo Leonardo Lippi Areas

INTELIGÊNCIA FORENSE ALLADA À RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO BANCÁRIO.....	81
Introdução.....	81
1 A atividade empresarial no ordenamento jurídico brasileiro.....	82
2 Personalidade jurídica e responsabilidade patrimonial.....	84
3 Inteligência forense.....	85
3.1 A ciência de dados a favor do direito: <i>big data, background check e due diligence</i>	86
3.2 Análise de atos constitutivos.....	87
3.3 Análise das demandas judiciais distribuídas envolvendo os devedores.....	88
3.4 Análise de matrículas de imóveis.....	89
4 Aspectos teóricos.....	90
4.1 Grupos econômicos.....	91
4.2 Negócios jurídicos fraudulentos.....	93
4.2.1 Fraude contra credores.....	94
4.2.2 Fraude à execução.....	95

4.2.3 Simulação.....	96
4.2.4 Aspectos relacionados ao direito de família.....	97
4.2.5 Averbação premonitória e medidas constitutivas no curso da execução.....	99
Considerações finais	101
Referências bibliográficas.....	102

CAPÍTULO 5

Isabela da Silva Oliveira

A PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE NAS EXECUÇÕES FRUSTRADAS PELA AUSÊNCIA DE BENS.....	105
Introdução.....	105
1 A prescrição intercorrente no Código de Processo Civil de 1973.....	107
2 A prescrição intercorrente na Lei de Execução Fiscal (Lei n. 6.830/1980).....	108
3 A prescrição intercorrente na redação original do Código de Processo Civil de 2015..	112
4 A prescrição intercorrente no Código de Processo Civil de 2015 com a redação dada pela Medida Provisória n. 1.040/2021, convertida na Lei n. 14.195/2021.....	117
4.1 A (in)constitucionalidade da Lei n. 14.195	119
Conclusão.....	120
Referências Bibliográficas	122

CAPÍTULO 6

José Miguel Garcia Medina

ENTRE NÃO CONHECER E NEGAR PROVIMENTO A RECURSOS EXTRAORDINÁRIO E ESPECIAL: AS ORIGENS HISTÓRICAS DA CONFUSÃO TERMINOLÓGICA QUE REPERCUTIU NA REDAÇÃO DA SÚMULA 456 DO STF E DO ART. 1.034 DO CPC DE 2015.....	127
--	-----

CAPÍTULO 7

Luana Martins Moreira

Suelyn Moraes Giordani

A PERMANÊNCIA DA CONTROVÉRSIA EM RELAÇÃO À POSSIBILIDADE DE MODULAÇÃO DAS <i>ASTREINTES</i> VENCIDAS NA VIGÊNCIA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015	135
Introdução.....	135
1 Alteração superveniente no valor da <i>astreinte</i> à luz do código de processo civil de 1973.....	136
2 A multa vencida a partir do código de processo civil de 2015.....	140
Conclusões	148
Referências	149

CAPÍTULO 8**Luiza Haruko Ishie Macedo**

A IMUNIDADE DO IMPOSTO DE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS CONFERIDA PELO ARTIGO 156, §2.º, I, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL NO PLANEJAMENTO PATRIMONIAL.....	153
Introdução.....	153
1 A imunidade tributária prevista pelo artigo 156, §2.º, I, da Constituição Federal.....	154
2 O planejamento patrimonial e tributário do agente econômico.....	161
3 A imunidade do artigo 156, §2.º, I, da Constituição Federal como mecanismo de planejamento patrimonial.....	164
Considerações Finais.....	167
Referências bibliográficas.....	169

CAPÍTULO 9**Mariana Barsaglia Pimentel**

PROJETOS PARENTAIS, TÉCNICAS DE REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA E PACTO DE COPARENTALIDADE: A AMPLIAÇÃO DOS ESPAÇOS DE LIBERDADE NO DIREITO DE FAMÍLIA.....	173
Introdução.....	173
1 Projetos parentais, técnicas de reprodução humana assistida e coparentalidade.....	174
2 Autonomia privada e <i>contratos</i> no direito de família.....	178
3 O pacto de coparentalidade como instrumento de regulamentação da família coparental.....	180
Considerações finais.....	183
Referências bibliográficas.....	184

CAPÍTULO 10**Natália Colombari Gomes**

A ONEROSIDADE EXCESSIVA SUPERVENIENTE E OS LIMITES DO PODER RESOLUTÓRIO.....	187
Introdução.....	187
1 A onerosidade excessiva no Código Civil Brasileiro de 2002.....	188
2 A onerosidade excessiva e a teoria da imprevisão.....	191
3 A onerosidade excessiva e as alterações no Código Civil pela Lei da Liberdade Econômica (Lei n. 13.874/2019).....	193
4 A onerosidade excessiva no contexto da pandemia causada pelo Covid-19.....	195
Conclusão.....	197
Referências Bibliográficas.....	198

CAPÍTULO 11**Nida Saleh Hatoum**

A TEORIA DAS INCAPACIDADES E OS IMPACTOS CAUSADOS PELO ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	201
Introdução.....	201
1 Da teoria das incapacidades	202
1.1 Considerações sobre a teoria das incapacidades no direito brasileiro	202
1.2 Breves notas sobre a (in)capacidade na legislação estrangeira.....	211
2 Considerações acerca do Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015.....	216
3 Reflexões a respeito das implicações (positivas e/ou negativas) do Estatuto da Pessoa com Deficiência na teoria das incapacidades	220
Conclusões	223
Referências Bibliográficas	225

CAPÍTULO 12**Rafael de Oliveira Guimarães**

BANKING SUITS AND PROCEDURAL CONTRACTS	229
1 Brief words about contracting for procedure	229
2 The utility using private methods in public situations and banking law	230
Conclusion	232
References	233